

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.047 - SP (2018/0129430-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A  
**ADVOGADOS** : JOÃO ALBERTO CAIADO DE CASTRO NETO - SP207971  
BRUNA LOBO GUIMARAES - DF034831  
GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894  
PEDRO HENRIQUE KLEIN CAVALCANTE DE BARROS -  
SP375773  
LUANA ALVES NOGUEIRA - SP327998  
MAYARA CRISTINA TOBIAS MARINS - SP305865  
**AGRAVADO** : L P M (MENOR)  
**AGRAVADO** : R B M - POR SI E REPRESENTANDO  
**AGRAVADO** : DANIELLI BOSQUEIRO PEPE MUNHOZ  
**ADVOGADO** : FABIO MONTANINI FERRARI - SP249498

**EMENTA**

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** PLANO DE SAÚDE. AÇÃO INDENIZATÓRIA. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGADO EXCESSO. REJEIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 282 E 284, AMBAS DO STF. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DO REEXAME DA PROVA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Infere-se que a AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. (AMIL) interpôs agravo de instrumento contra a decisão que, no autos da ação de indenização por danos materiais contra si ajuizada por L P M (L), menor, representado por R B M e DANIELLI BOSQUEIRO PEPE MUNHOZ (L e outros), em fase de cumprimento de sentença, rejeitou a sua impugnação.

O Tribunal bandeirante negou provimento ao recurso em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. Decisão que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença e determinou o levantamento da quantia depositada nos autos. Correção. Alegação*

*de excesso de execução não comprovada. Correção monetária e juros de mora corretamente aplicados no cálculo exequendo. Recurso a que se nega provimento (e-STJ, fl. 741).*

AMIL, então, manejou recurso especial calcado no art. 105, III, *a*, da CF, alegando ofensa aos arts. 502, 506 e 509, § 4º, todos do NCPC e 12, VI, da Lei nº 9.656/98, sustentando que há excesso na execução porque houve ofensa à coisa julgada nos autos do processo nº 2221111-37.2014.8.26.0000, que determinou o reembolso *no limite imposto no contrato* (e-STJ, fls. 747/757).

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 760).

O recurso foi inadmitido na origem (e-STJ, fls. 768/769).

Ainda irredignada, AMIL manifestou o presente agravo, em cujas razões, além de reiterar seu apelo nobre, aduziu o desacerto da decisão agravada (e-STJ, fls. 772/785).

A contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 787).

É o relatório.

DECIDO.

**CONHEÇO** do agravo e passo ao julgamento do recurso especial interposto às e-STJ, fls. 747/757.

O inconformismo não merece ser conhecido.

Inicialmente, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da afronta aos arts. 502, 506 e 509, § 4º, todos do NCPC e 12, VI, da Lei nº 9.656/98

Verifica-se, de plano, que o conteúdo normativo referente aos mencionados dispositivos de lei, não foi objeto de debate no v. acórdão recorrido, carecendo, portanto, do necessário prequestionamento viabilizador do recurso especial, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais.

Ressalte-se que é exigência contida na própria previsão constitucional de interposição do recurso especial que a matéria federal tenha sido decidida em única ou última instância pela Corte de origem, não sendo suficiente a parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende infringido. É imprescindível que se tenha emitido juízo de valor sobre os preceitos indicados como violados, o que não ocorreu na hipótese examinada.

Aplicável, assim, a Súmula nº 282 do STF, a qual estabelece ser *inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*.

Além do mais, destaca-se que, nas razões do especial, a AMIL não apresentou argumentos claros e concatenados que pudessem esclarecer os fundamentos ou motivos pelos quais entendeu violados os mencionados dispositivos. Por conseguinte, não houve a demonstração, clara e precisa, da necessidade de reforma do acórdão recorrido, o que impede compreender a exata medida da controvérsia, ensejando a aplicação da Súmula nº 284 do STF, por analogia: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

*RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONDOMÍNIO DE FATO SOBRE IMÓVEL. ALIENAÇÃO POR UM DOS CONDÔMINOS. RETENÇÃO DA COTA-PARTE DO OUTRO. DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. REJULGAMENTO DO RECURSO EM ACLARATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE MÁ VALORAÇÃO DA PROVA E DA EXISTÊNCIA DE FATO INCONTROVERSO. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS. SÚMULA N. 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. MORA EX RE. VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO. DEPÓSITO*

*PELOS RÉUS DE PARTE DA PRETENSÃO AUTORAL. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 884 E 1.315 DO CÓDIGO CIVIL. SÚMULA N. 284/STF. ENCARGOS DE SUCUMBÊNCIA. READEQUAÇÃO.*

*[...]*

*7. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.*

*8. Recurso especial de SIDNEI GONZALEZ DOS SANTOS parcialmente conhecido e parcialmente provido, readequada a distribuição dos ônus sucumbenciais. Recurso especial de JOAQUIM DE ARRUDA FALCÃO NETO E OUTRO não conhecido.*

*(REsp nº 1.590.479/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe 16/6/2016 - sem destaque no original)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. INDENIZAÇÃO. ART. 458 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. CULPA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PLEITO DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA.*

*1. [...]*

*2. A alegada afronta à lei federal não foi demonstrada com clareza, caracterizando, dessa maneira, a ausência de fundamentação jurídica e legal, conforme previsto na Súmula nº 284 do STF.*

*[...]*

*5. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 779.308/SP, minha relatoria, Terceira Turma, DJe 10/6/2016 - sem destaque no original)*

Ainda que assim não fosse, qualquer outra análise acerca da violação à coisa julgada, da forma como trazida no recurso especial, seria necessário o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente aqui inviável diante do óbice da Súmula nº 7 do STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Assim, está claro que o recurso especial não ultrapassa a barreira do conhecimento.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Inaplicável ao caso a majoração de honorários.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator